



28^a Assembleia Geral
da Comissão Arco Atlântico

Declaração Final de Pamplona 2016

2/3 de junho de 2016 - Pamplona (Navarra-Espanha)

As mensagens da Comissão Arco Atlântico aos decisores europeus

O objetivo da presente Declaração Final é transmitir as propostas da Comissão Arco Atlântico da CRPM aos decisores europeus na perspetiva da revisão do quadro orçamental plurianual aguardada para o outono de 2016. Além disso, visa reforçar as sinergias entre as políticas comunitárias e regionais para aumentar os seus impactos nos territórios atlânticos. Estas mensagens servirão de base às ações realizadas pela Comissão Arco Atlântico no âmbito dos seus diferentes grupos de trabalho.

Assim, os membros da Comissão Arco Atlântico da CRPM, reunidos em Assembleia Geral em Pamplona (Navarra) a 2 e 3 de junho de 2016, pretendem transmitir as mensagens políticas seguintes:

ENERGIAS MARINHAS RENOVÁVEIS

O desenvolvimento das energias marinhas renováveis (incluindo o parque eólico *offshore* fixo e flutuante) em toda a fachada atlântica europeia constitui uma prioridade para a Comissão Arco Atlântico. No grupo de trabalho “Energias Marinhas Renováveis”, são organizadas ao longo do ano trocas de impressões entre eleitos, técnicos e agentes do setor. É neste espírito de concertação e de diálogo que a Comissão Arco Atlântico deseja transmitir as mensagens que se seguem. Na área das energias marinhas renováveis, a Comissão Arco Atlântico:

- 1. Saúda os esforços** da UE no sentido de encorajar a implantação das energias marinhas renováveis na Europa. Estes esforços são claramente sustentados pelas Regiões atlânticas que apoiam a expansão desta fonte de energia alternativa e com baixo teor de carbono nos seus territórios. As energias marinhas renováveis são cruciais para alcançar os ambiciosos objetivos de redução das emissões de carbono. Também são indispensáveis à diversificação e à inovação nas indústrias marítimas para gerar crescimento e empregos sustentáveis nas Regiões atlânticas, mas o seu desenvolvimento e implantação têm de ser sempre compatíveis com as atividades já existentes, especialmente com a pesca, a conquiticultura e a aquicultura.
- 2. Frisa** a importância de apoiar a inovação ao longo de toda a cadeia de valor e para os diferentes tipos de energia (eólica, das correntes marítimas, das marés, das ondas, térmica oceânica, de gradientes de salinidade, etc.). Apenas um apoio sólido da União Europeia aos operadores da investigação, da formação e da indústria permitirá transformar o Arco Atlântico no precursor mundial do desenvolvimento das energias marinhas renováveis. A nível regional, as Regiões refletem na necessidade de investir na cadeia de valor das energias marinhas renováveis através das suas Estratégias de Especialização Inteligente. A Comissão Arco Atlântico contribuirá para a coordenação das estratégias e dos investimentos à escala da bacia atlântica.

3. **Solicita** uma clarificação do regime dos auxílios estatais para organizar melhor o desenvolvimento do setor das energias marinhas renováveis. A Comissão Arco Atlântico insta a que a regulamentação em matéria de auxílios estatais não restrinja o desenvolvimento dos projetos na área das energias marinhas renováveis. Neste contexto, requer que a futura plataforma de investimento consagrada às energias marinhas renováveis no âmbito do Plano Juncker facilite o acesso aos financiamentos para as empresas atlânticas num quadro jurídico clarificado e harmonizado.
4. **Sugere** que a União Europeia facilite e acompanhe o processo de mitigação de riscos necessário à instalação das energias marinhas renováveis mediante um apoio financeiro específico (fundos procedentes do apoio à política marítima integrada do FEAMP ou outros). Ao identificar as melhores práticas em matéria administrativa (obtenção de licenças), ambiental e de aceitabilidade social em toda a fachada atlântica, as Regiões disporiam de um quadro simplificado para simultaneamente atrair mais facilmente os investidores e permitir que os seus agentes se posicionem no mercado internacional. De resto, tais projetos à escala transnacional permitiriam uma boa aplicação da diretiva que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo (OEM), tendo simultaneamente em conta os riscos ambientais como preconizado pela diretiva que estabelece um quadro de ação comunitário no domínio da política para o meio marinho (DQEM).

ESTRATÉGIA ATLÂNTICA

A Comissão Arco Atlântico investiu-se fortemente na preparação da Estratégia Atlântica, bem como na definição do seu Plano de Ação. Graças ao seu grupo de trabalho “Estratégia Atlântica”, a Comissão Arco Atlântico pôde transmitir várias propostas não só às instituições, nomeadamente à Comissão (DG MARE e DG REGIO), mas também aos cinco Estados-Membros atlânticos reunidos em torno do Plano de Ação comum. Quanto ao desenvolvimento da Estratégia Atlântica, a Comissão Arco Atlântico:

5. **Saúda os esforços** envidados pelos 5 Estados-Membros atlânticos, o Parlamento e a Comissão Europeia para atribuir um orçamento dedicado à execução do Plano de Ação da Estratégia Atlântica no programa de trabalho de 2017-2018 do FEAMP. O orçamento previsional de 1 milhão de euros atualmente em debate afigura-se modesto para concretizar ações estruturais no Atlântico, motivo por que a Comissão Arco Atlântico apela aos Estados-Membros e às Instituições europeias para que prossigam os esforços orçamentais que permitam dar corpo à Estratégia Atlântica.
6. **Reclama** um “bónus” nos diferentes fundos e financiamentos europeus para os projetos que visam expressamente realizar as prioridades do Plano de Ação da Estratégia Atlântica. Este bónus poderia traduzir-se numa taxa de cofinanciamento superior em 5% ao dos outros projetos. Este bónus permitiria facilitar e acelerar a aplicação do Plano de Ação criando um afluxo a favor dos promotores de projetos que desejam converter as prioridades do Plano de Ação da Estratégia em projetos operacionais nos territórios.
7. **Reitera** a importância de uma verdadeira governação aberta e multinível da Estratégia Atlântica. O interesse da Estratégia Marítima Atlântica é poder alinhar as prioridades políticas dos diferentes escalões de governação (União Europeia, Estados-Membros, Regiões, Municípios). Importa, pois, que as Regiões estejam visível e completamente associadas à governação desta Estratégia. Solicita, por conseguinte, que a Região que preside à Comissão Arco Atlântico, em coordenação com todas as Regiões membros, possa participar nas reuniões de alto nível da Estratégia Atlântica.
8. **Regozija-se** pelo lançamento do programa Interreg Espaço Atlântico e dos seus primeiros convites à apresentação de projetos a 26 de abril de 2016. A Comissão Arco Atlântico lamenta, porém, profundamente o atraso superior a dois anos registado por este programa que ameaça a execução completa do seu orçamento. Apela, portanto, a um apoio político forte de todas as instâncias para favorecer o seu normal decurso até 2020. A Comissão Arco Atlântico tudo fará para mobilizar os seus membros em torno deste programa.

TRANSPORTES E ACESSIBILIDADE

A Comissão Arco Atlântico presta grande atenção ao desenvolvimento da política europeia dos transportes e da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) nos seus territórios. Esta política exerce forte impacto territorial e deve ser equilibrada para benefício de todas as Regiões. Neste contexto, a Comissão Arco Atlântico:

9. **Solicita** um verdadeiro corredor atlântico que cubra os cinco Estados-Membros atlânticos (Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda) a fim de garantir, por um lado, uma melhor ligação entre os territórios atlânticos e, por outro, entre estes territórios e o resto da Europa. O corredor atlântico atual deve ser modificado neste sentido na próxima revisão dos corredores do Mecanismo para a Interconexão na Europa (MIE). Deve, além disso, ser completado por uma rede de autoestradas do mar que ligue os portos atlânticos, incluindo os da rede global, para reforçar a competitividade de todos os territórios atlânticos.
10. **Requer** que a realização dos troços já identificados da rede central, em particular ao nível transfronteiriço, seja acompanhada de uma maior consideração dos projetos situados nas Regiões fora desta rede central que contribuem para melhorar a competitividade de todas as Regiões da fachada atlântica. No âmbito dos próximos convites à apresentação de projetos a título do Mecanismo para a Interconexão na Europa (MIE), os projetos situados nas Regiões do Arco Atlântico devem ser objeto de particular atenção em prol de uma cobertura equilibrada do território europeu.
11. **Saúda os esforços** de diálogo entre as instâncias europeias e as Regiões atlânticas, permitindo-lhes, nomeadamente, participar nos Fóruns dos Corredores. A Comissão Arco Atlântico deseja aproveitar este clima propício para apresentar propostas de aperfeiçoamento dos traçados existentes com base em estudos que identificam as necessidades dos agentes económicos das Regiões da Comissão Arco Atlântico.

PESCA E AQUICULTURA

As questões ligadas à pesca e à aquicultura são primordiais para todas as Regiões do Arco Atlântico. Num setor que passa por uma profunda mutação, as regulamentações europeias são amiúde mal compreendidas pelos operadores do setor. É, pois, necessário reforçar o diálogo e a coerência entre as regulamentações europeias e as políticas regionais de apoio ao setor. Para tanto, a Comissão Arco Atlântico:

12. **Faz-se eco** das inquietações do setor quanto à obrigação de desembarque. A escassez de dados e a aprovação tardia dos programas operacionais para o novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) correm o risco de fragilizar certos segmentos do setor. A Comissão Arco Atlântico solicita que a Comissão Europeia encete muito rapidamente um diálogo construtivo com as Regiões, os Estados-Membros e os pescadores com vista a identificar soluções eficazes que limitem os impactos socioeconómicos da obrigação de desembarque. Ao fazê-lo, deverá incidir especialmente na análise da repartição das quotas existentes, na correta aplicação desta regulamentação e na necessidade de readaptação à nova realidade da prática pesqueira.
13. **Recorda** que as Regiões devem desempenhar um papel essencial e oficial na execução da Política Comum da Pesca (PCP). A Comissão Arco Atlântico solicita que as Regiões sejam membros de pleno direito dos diferentes Conselhos Consultivos existentes a fim de reforçar a coerência e a complementaridade entre as políticas comunitárias e as políticas regionais. A Comissão Arco Atlântico oferece uma plataforma multirregional ideal para facilitar o debate sobre a aplicação de planos de gestão presentes e futuros.
14. **Felicita** a Comissão Europeia pelo lançamento da iniciativa “Blue Careers” que se inscreve na continuidade do projeto piloto europeu “Vasco da Gama”, coordenado pela CRPM

para a implementação de um Erasmus marítimo. A Comissão Arco Atlântico sublinha que devem ser envidados esforços importantes para tornar a formação na área da pesca e da aquicultura (incluindo a piscicultura, a algocultura e a conculicultura) mais inovadora a fim de dar resposta aos desafios tecnológicos e ambientais cada vez mais presentes nestes segmentos. Os intercâmbios de boas práticas entre os operadores da formação profissional e os agentes privados devem ser apoiados tanto no que se refere à duração como a um financiamento europeu mais consequente.

15. **Insta** a Comissão Europeia a dar a devida atenção às dificuldades inerentes à transmissão de empresas pesqueiras, conculcolas e aquícolas dada a sua baixa rentabilidade económica e as difíceis condições de trabalho. A Comissão Arco Atlântico convida a Comissão Europeia a adotar medidas a favor da adequação da formação como ponto importante no fomento da renovação geracional e na formulação de carreiras profissionais nos setores pesqueiros, conculcolas e aquícolas.

INOVAÇÃO E ECONOMIA AZUL

A Comissão Arco Atlântico atribui especial atenção às questões da inovação e da competitividade dos territórios no âmbito do grupo de trabalho “Inovação”. A inovação, quer tecnológica quer territorial, afeta todas as áreas da economia azul (energias marinhas renováveis, construção naval, turismo litoral e marítimo, náutica, transporte marítimo, investigação marinha e formação) e todas as Regiões atlânticas. Por estes motivos, a Comissão Arco Atlântico:

16. **Manifesta-se surpreendida** com a modéstia do orçamento atribuído aos três convites à apresentação de projetos no âmbito do crescimento azul do FEAMP (7,5 milhões de euros em 2016 para os convites “Blue Careers”, “Blue Labs” e “Blue technology”)¹. Sendo a inovação uma prioridade essencial do Plano de Ação da Estratégia Atlântica, apela a um aumento consequente deste orçamento para o futuro. A título de exemplo, o convite para o crescimento azul do Programa Horizonte 2020 sobre a investigação no atlântico dispunha em 2015 de um orçamento de 20 milhões de euros².

17. **Apela** ao reforço do apoio da União Europeia em favor da inovação e da eficácia dos recursos energéticos. Este apoio revela-se cada vez mais necessário nos territórios atlânticos para fazer face às perdas de emprego devidas ao custo elevado da energia, bem como à concorrência dos produtos provenientes de países terceiros com custos de produção inferiores (nomeadamente nos setores tradicionais como o do aço).

18. **Reclama** a adoção de uma estratégia marítima industrial integrada que permita concentrar nos setores marítimos os financiamentos na investigação, na inovação e na formação. A União Europeia deve dispor de instrumentos adaptados para que as indústrias marítimas prossigam a sua dinâmica de diferenciação e de diversificação e façam da Europa, em especial da bacia atlântica, um protagonista na economia marítima mundial.

Aprovada por unanimidade pela Comissão Arco Atlântico

¹ Convites à apresentação de projetos «EMFF Blue Growth»: https://ec.europa.eu/easme/sites/easme-site/files/emff_calls_final_web.pdf

² Convites à apresentação de projetos [BG-01-2015](#): “Improving the preservation and sustainable exploitation of Atlantic marine ecosystems”